

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
Notas Explicativas	42

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	82
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.820
Preferenciais	319
Total	57.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2010	Dividendo	15/06/2010	Ordinária		0,50697
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2010	Dividendo	15/06/2010	Preferencial		0,55767
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/06/2010	Ordinária		0,62985
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/06/2010	Preferencial		0,69283
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	20/06/2011	Ordinária		0,40661
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	20/06/2011	Preferencial		0,40661
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/06/2011	Ordinária		0,72991
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/06/2011	Preferencial		0,72991
Proposta		Dividendo		Ordinária		0,63832
Proposta		Dividendo		Preferencial		0,63832
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,84034
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,84034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	3.483.480	2.416.491	2.179.306
1.01	Ativo Circulante	1.977.801	998.183	810.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.766	1.269	1.834
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.405.667	556.899	406.744
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.405.667	556.899	406.744
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.405.667	556.899	406.744
1.01.03	Contas a Receber	219.671	200.615	181.151
1.01.03.01	Clientes	219.671	200.615	181.151
1.01.04	Estoques	204.184	172.663	141.214
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.821	1.243	2.249
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	139.692	65.494	76.916
1.01.08.03	Outros	139.692	65.494	76.916
1.01.08.03.01	Ferramentais de Terceiros	25.044	30.259	36.724
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	95.125	18.433	28.608
1.01.08.03.03	Títulos a Receber e Outros	19.523	16.802	11.584
1.02	Ativo Não Circulante	1.505.679	1.418.308	1.369.198
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	286.204	386.170	407.495
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.192	19.963	13.682
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	24.192	19.963	13.682
1.02.01.06	Tributos Diferidos	74.115	82.747	68.373
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.115	82.747	68.373
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	187.897	283.460	325.440
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	93.170	190.215	237.092
1.02.01.09.04	Créditos Eletrobrás	88.597	90.284	85.341
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais e Outros	6.130	2.961	3.007
1.02.02	Investimentos	89.359	76.268	69.366
1.02.02.01	Participações Societárias	89.359	76.268	69.366
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	87.995	75.686	68.784

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.364	582	582
1.02.03	Imobilizado	1.130.116	955.870	892.337
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	803.758	745.990	751.275
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	703	2.037	3.706
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	325.655	207.843	137.356

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	3.483.480	2.416.491	2.179.306
2.01	Passivo Circulante	785.371	412.519	470.962
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.635	89.901	40.617
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.855	10.830	7.706
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.780	79.071	32.911
2.01.02	Fornecedores	165.243	119.276	95.989
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	149.645	109.344	90.286
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15.598	9.932	5.703
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.285	2.454	3.572
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.084	2.300	3.503
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30	53	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	171	101	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	394.399	75.718	115.115
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	394.399	75.540	114.074
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	345.646	11.189	30.025
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	48.753	64.351	84.049
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	178	1.041
2.01.05	Outras Obrigações	132.809	125.170	215.669
2.01.05.02	Outros	132.809	125.170	215.669
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	55.506	42.933	42.645
2.01.05.02.04	Financiamento de Impostos e Encargos Sociais	11.912	11.193	97.857
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	44.731	38.946	42.719
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar e Outros	20.660	32.098	32.448
2.02	Passivo Não Circulante	1.601.478	1.033.213	826.735
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.402.273	762.599	547.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.402.273	762.599	547.068
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	585.315	693.855	414.713
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	816.958	68.744	132.355

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	178
2.02.02	Outras Obrigações	10.117	22.573	32.546
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.685	5.728	5.585
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.685	5.728	5.585
2.02.02.02	Outros	8.432	16.845	26.961
2.02.02.02.03	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	4.974	14.372	23.028
2.02.02.02.04	Outros Passivos de Longo Prazo	3.458	2.473	3.933
2.02.03	Tributos Diferidos	98.049	97.138	90.991
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.049	97.138	90.991
2.02.04	Provisões	91.039	150.903	155.952
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.039	150.903	112.859
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.826	9.672	10.872
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.743	6.551	4.160
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	71.470	134.680	97.827
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	43.093
2.02.04.02.04	Provisão para Desvalorização de Investimento	0	0	43.093
2.03	Patrimônio Líquido	1.096.631	970.759	881.609
2.03.01	Capital Social Realizado	398.395	398.395	398.395
2.03.04	Reservas de Lucros	566.033	423.874	319.054
2.03.04.01	Reserva Legal	37.453	27.284	19.562
2.03.04.02	Reserva Estatutária	499.598	374.584	277.144
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	28.982	22.006	22.348
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	132.203	148.490	164.160

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.137.973	1.836.835	1.175.587
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.731.772	-1.476.157	-1.019.421
3.03	Resultado Bruto	406.201	360.678	156.166
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.965	-175.060	18.380
3.04.01	Despesas com Vendas	-102.489	-78.116	-51.831
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.470	-48.682	-36.490
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	88.193
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.181	-98.257	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.175	49.995	18.508
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	255.236	185.618	174.546
3.06	Resultado Financeiro	19.475	1.949	36.156
3.06.01	Receitas Financeiras	136.534	66.244	63.609
3.06.02	Despesas Financeiras	-117.059	-64.295	-27.453
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	274.711	187.567	210.702
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-71.327	-33.136	-53.966
3.08.01	Corrente	-61.784	-41.363	-21.571
3.08.02	Diferido	-9.543	8.227	-32.395
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	203.384	154.431	156.736
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	203.384	154.431	156.736
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.01.02	PN	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.02.02	PN	3,5595	2,7027	2,7431

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	203.384	154.431	156.736
4.03	Resultado Abrangente do Período	203.384	154.431	156.736

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	262.748	286.166	231.261
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	449.058	334.999	96.915
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício antes do IR e CSLL	274.711	187.567	210.702
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	80.510	76.255	67.988
6.01.01.03	Participação no Resultado de Controladas	-16.175	-49.995	-18.508
6.01.01.05	Baixa de Bens do Imobilizado	1.170	4.428	7.072
6.01.01.07	Juros Apropriados e Variação Cambiais	134.978	41.356	-65.621
6.01.01.08	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	1.120	75	1.223
6.01.01.09	Provisão p/Perda nos Estoques	-1.506	2.390	-843
6.01.01.10	Provisões Tributárias, Cíveis, Previdenciárias e Trabalhistas	-65.379	27.876	-31.214
6.01.01.11	Outros Passivos de Longo Prazo	985	-1.460	-2.360
6.01.01.12	Provisão de Parte do Crédito Prêmio IPI	28.561	46.507	0
6.01.01.13	Provisão de Parte do Crédito Eletrobrás	10.083	0	0
6.01.01.14	Impactos da Adesão ao REFIS	0	0	-71.524
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-186.310	-48.833	134.346
6.01.02.01	Clientes	-20.176	-19.539	82.298
6.01.02.02	Estoques	-30.015	-33.839	64.630
6.01.02.03	Ferramentais de Clientes	5.215	6.465	6.604
6.01.02.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	-58.405	-7.536	35.142
6.01.02.05	Títulos a Receber e Outros	-7.299	-4.212	6.022
6.01.02.06	Depósitos Judiciais e Outros	-3.163	84	110
6.01.02.07	Fornecedores	34.554	18.578	38.384
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	2.831	-1.118	-28.051
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Participações	-2.266	49.284	-16.008
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	5.785	-3.773	-2.292
6.01.02.11	Títulos a Pagar e Outros	-11.438	-350	8.985
6.01.02.12	Juros Pagos	-40.730	-31.661	-44.118
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-61.203	-21.216	-17.360

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-244.513	-139.507	-107.000
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-244.847	-139.507	-107.000
6.02.04	Venda de Bens do Imobilizado	334	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	833.210	4.075	143.060
6.03.01	Pagamento de Financiamentos e Empréstimos	-72.603	-127.064	-138.372
6.03.02	Pagamento de Debêntures	0	0	-1.358
6.03.03	Amortização de Financiamento de Impostos	-9.428	-99.981	-27.392
6.03.04	Novos Financiamentos e Empréstimos	984.630	302.291	425.382
6.03.05	Controladas e Coligadas	-221	103	-57.284
6.03.07	Juros s/Capital Próprio e Dividendos Pagos	-64.939	-64.993	-44.234
6.03.08	Aplicação Financeira de Longo Prazo	-4.229	-6.281	-13.682
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.180	-1.144	-15.125
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	850.265	149.590	252.196
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	558.168	408.578	156.382
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.408.433	558.168	408.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.006	-55.506	0	-77.512
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.490	0	-7.490
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-48.016	0	-48.016
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais de 2010	0	0	-22.006	0	0	-22.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.384	0	203.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.384	0	203.384
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	164.165	-147.878	-16.287	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	135.183	-135.183	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	16.287	-16.287	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	28.982	-28.982	0	0
5.07	SalDOS Finais	398.395	0	566.033	0	132.203	1.096.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.348	-42.933	0	-65.281
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.227	0	-1.227
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.706	0	-41.706
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais de 2009	0	0	-22.348	0	0	-22.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.431	0	154.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.431	0	154.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	127.168	-111.498	-15.670	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	105.162	-105.162	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.670	-15.670	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.006	-22.006	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-42.645	0	-42.645
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.636	0	-6.636
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-36.009	0	-36.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.736	0	156.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.736	0	156.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	129.071	-114.091	-14.980	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.723	-106.723	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.348	-22.348	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.438.009	2.108.251	1.379.103
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.439.129	2.108.326	1.380.326
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.120	-75	-1.223
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.545.408	-1.404.228	-777.057
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.198.032	-1.034.325	-664.851
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-347.376	-369.903	-112.206
7.03	Valor Adicionado Bruto	892.601	704.023	602.046
7.04	Retenções	-80.510	-76.255	-67.988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-80.510	-76.255	-67.988
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	812.091	627.768	534.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	103.853	92.901	39.277
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.175	49.995	18.508
7.06.02	Receitas Financeiras	87.678	42.906	20.769
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	915.944	720.669	573.335
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	915.944	720.669	573.335
7.08.01	Pessoal	443.091	374.919	260.798
7.08.01.01	Remuneração Direta	324.355	260.428	178.681
7.08.01.02	Benefícios	84.597	83.900	54.428
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.031	23.649	23.660
7.08.01.04	Outros	5.108	6.942	4.029
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	201.266	150.362	171.188
7.08.02.01	Federais	202.369	143.891	146.768
7.08.02.02	Estaduais	-3.942	4.764	22.668
7.08.02.03	Municipais	2.839	1.707	1.752
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.203	40.957	-15.387
7.08.03.01	Juros	61.854	37.004	37.268
7.08.03.03	Outras	6.349	3.953	-52.655
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	6.349	3.953	-52.655

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	203.384	154.431	156.736
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	48.016	41.706	36.009
7.08.04.02	Dividendos	36.472	23.233	28.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.896	89.492	91.743

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	3.497.845	2.425.321	2.185.028
1.01	Ativo Circulante	2.063.497	1.071.835	879.350
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.418	21.467	30.496
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.405.667	556.899	406.744
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.405.667	556.899	406.744
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.405.667	556.899	406.744
1.01.03	Contas a Receber	269.675	214.737	174.016
1.01.03.01	Clientes	269.675	214.737	174.016
1.01.04	Estoques	222.261	201.196	172.644
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.821	1.243	2.249
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	144.655	76.293	93.201
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	4.574	10.309
1.01.08.03	Outros	144.655	71.719	82.892
1.01.08.03.01	Ferramentais de Terceiros	25.044	30.259	36.724
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	100.572	23.758	32.431
1.01.08.03.03	Títulos a Receber e Outros	19.039	17.702	13.737
1.02	Ativo Não Circulante	1.434.348	1.353.486	1.305.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	292.745	391.315	411.469
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.192	19.963	13.682
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	24.192	19.963	13.682
1.02.01.06	Tributos Diferidos	77.865	85.229	69.262
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	77.865	85.229	69.262
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	190.688	286.123	328.525
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	94.957	192.213	239.512
1.02.01.09.04	Créditos Eletrobrás	88.597	90.284	85.341
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais e Outros	7.134	3.626	3.672
1.02.02	Investimentos	5.553	922	980
1.02.02.01	Participações Societárias	1.364	922	980

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.364	922	980
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.189	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.136.050	961.249	893.229
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	809.692	751.369	752.167
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	703	2.037	3.706
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	325.655	207.843	137.356

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	3.497.845	2.425.321	2.185.028
2.01	Passivo Circulante	801.057	426.048	479.112
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	88.009	90.687	41.163
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.861	10.834	7.722
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	73.148	79.853	33.441
2.01.02	Fornecedores	165.526	121.291	98.028
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	149.928	111.359	92.325
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15.598	9.932	5.703
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.455	2.963	6.071
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.254	2.809	5.999
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30	53	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	171	101	72
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	394.399	75.718	115.115
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	394.399	75.540	114.074
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	345.646	11.189	30.025
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	48.753	64.351	84.049
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	178	1.041
2.01.05	Outras Obrigações	146.668	135.389	218.735
2.01.05.02	Outros	146.668	135.389	218.735
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	55.506	42.933	42.645
2.01.05.02.04	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	11.912	11.193	97.857
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	54.324	56.015	56.957
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar e Outros	24.926	25.248	21.276
2.02	Passivo Não Circulante	1.600.157	1.028.514	824.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.402.273	762.599	547.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.402.273	762.599	547.068
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	585.315	693.855	414.713
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	816.958	68.744	132.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	178
2.02.02	Outras Obrigações	8.432	16.845	26.961
2.02.02.02	Outros	8.432	16.845	26.961
2.02.02.02.03	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	4.974	14.372	23.028
2.02.02.02.04	Outros passivos de Longo Prazo	3.458	2.473	3.933
2.02.03	Tributos Diferidos	98.049	97.138	90.991
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.049	97.138	90.991
2.02.04	Provisões	91.403	151.932	159.109
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.403	151.932	159.109
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.826	9.672	10.873
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.648	7.001	49.830
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	71.929	135.259	98.406
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.096.631	970.759	881.609
2.03.01	Capital Social Realizado	398.395	398.395	398.395
2.03.04	Reservas de Lucros	566.033	423.874	319.054
2.03.04.01	Reserva Legal	37.453	27.284	19.562
2.03.04.02	Reserva Estatutária	499.598	374.584	277.144
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	28.982	22.006	22.348
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	132.203	148.490	164.160

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.185.548	1.871.527	1.223.841
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.745.632	-1.476.131	-1.037.144
3.03	Resultado Bruto	439.916	395.396	186.697
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-183.004	-199.866	2.523
3.04.01	Despesas com Vendas	-117.833	-94.567	-65.027
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.402	-51.302	-39.518
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	107.068
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.769	-53.997	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	256.912	195.530	189.220
3.06	Resultado Financeiro	21.345	-3.837	30.007
3.06.01	Receitas Financeiras	140.642	59.876	43.168
3.06.02	Despesas Financeiras	-119.297	-63.713	-13.161
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	278.257	191.693	219.227
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.873	-37.262	-62.491
3.08.01	Corrente	-66.598	-47.082	-21.914
3.08.02	Diferido	-8.275	9.820	-40.577
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	203.384	154.431	156.736
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	203.384	154.431	156.736
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	203.384	154.431	156.736
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.01.02	PN	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,5595	2,7027	2,7431
3.99.02.02	PN	3,5595	2,7027	2,7431

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	203.384	154.431	156.736
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	203.384	154.431	156.736
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	203.384	154.431	156.736

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	258.268	283.099	185.981
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	471.528	350.459	121.389
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício antes do IR e CSLL	278.257	191.693	219.227
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	80.633	76.433	68.196
6.01.01.03	Prejuízo (Lucro) na Venda de Ativos Florestais	0	0	-21.382
6.01.01.04	Baixa de Bens do Imobilizado	1.184	5.600	7.072
6.01.01.06	Juros Apropriados e Variação Cambiais	138.255	55.523	-33.661
6.01.01.07	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	1.120	75	1.223
6.01.01.08	Provisão p/Perda nos Estoques	-1.506	2.390	-843
6.01.01.09	Provisões Tributárias, Cíveis, Previdenciárias e Trabalhistas	-66.044	-26.302	-36.735
6.01.01.10	Outros Passivos de Longo Prazo	985	-1.460	-2.360
6.01.01.11	Provisão de Parte do Crédito Prêmio IPI	28.561	46.507	0
6.01.01.12	Provisão de Parte do Crédito Eletrobrás	10.083	0	0
6.01.01.13	Impactos da Adesão ao REFIS	0	0	-79.348
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-213.260	-67.360	64.592
6.01.02.01	Clientes	-56.058	-40.796	1.576
6.01.02.02	Estoques	-19.559	-30.942	79.758
6.01.02.03	Ferramentais de Clientes	5.215	6.465	6.604
6.01.02.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	-58.710	-8.616	38.476
6.01.02.05	Títulos a Receber e Outros	-5.915	-2.959	4.600
6.01.02.06	Depósitos Judiciais e Outros	-3.503	84	110
6.01.02.07	Fornecedores	32.822	18.554	38.879
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	3.492	-3.108	-29.822
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Participações	-2.678	49.524	-16.367
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-1.691	-942	4.019
6.01.02.11	Títulos a Pagar e Outros	-322	3.972	-1.420
6.01.02.12	Juros Pagos	-40.730	-31.661	-44.118
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-65.623	-26.935	-17.703

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-244.820	-139.643	-73.402
6.02.01	Adições aos Investimentos	0	0	-564
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-245.147	-139.643	-107.239
6.02.04	Venda de Bens do Imobilizado	327	0	34.401
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	833.431	3.972	108.130
6.03.01	Pagamento de Financiamentos e Empréstimos	-72.603	-127.064	-230.586
6.03.02	Pagamento de Debêntures	0	0	-1.358
6.03.03	Amortização de Financiamento de Impostos	-9.428	-99.981	-27.392
6.03.04	Novos Financiamentos e Empréstimos	984.630	302.291	425.382
6.03.06	Juros s/Capital Próprio e Dividendos Pagos	-64.939	-64.993	-44.234
6.03.07	Aplicação Financeira de Longo Prazo	-4.229	-6.281	-13.682
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.160	-6.302	-36.050
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	842.719	141.126	184.659
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	578.366	437.240	252.581
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.421.085	578.366	437.240

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759	0	970.759
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759	0	970.759
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.006	-55.506	0	-77.512	0	-77.512
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.490	0	-7.490	0	-7.490
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-48.016	0	-48.016	0	-48.016
5.04.08	Aprovação de Dividendo Adicional de 2010	0	0	-22.006	0	0	-22.006	0	-22.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.384	0	203.384	0	203.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.384	0	203.384	0	203.384
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	164.165	-147.878	-16.287	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	135.183	-135.183	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	16.287	-16.287	0	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	28.982	-28.982	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	566.033	0	132.203	1.096.631	0	1.096.631

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.348	-42.933	0	-65.281	0	-65.281
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.227	0	-1.227	0	-1.227
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.706	0	-41.706	0	-41.706
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais de 2009	0	0	-22.348	0	0	-22.348	0	-22.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.431	0	154.431	0	154.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.431	0	154.431	0	154.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	127.168	-111.498	-15.670	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	105.162	-105.162	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.670	-15.670	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.006	-22.006	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759	0	970.759

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518	0	767.518
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518	0	767.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-42.645	0	-42.645	0	-42.645
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.636	0	-6.636	0	-6.636
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-36.009	0	-36.009	0	-36.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.736	0	156.736	0	156.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.736	0	156.736	0	156.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	129.071	-114.091	-14.980	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.723	-106.723	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.348	-22.348	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.485.606	2.143.117	1.427.556
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.486.726	2.143.192	1.428.779
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.120	-75	-1.223
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.569.506	-1.373.046	-783.784
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.198.032	-1.031.554	-673.671
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371.474	-341.492	-110.113
7.03	Valor Adicionado Bruto	916.100	770.071	643.772
7.04	Retenções	-80.633	-76.433	-68.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-80.633	-76.433	-68.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	835.467	693.638	575.576
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.028	42.965	19.666
7.06.02	Receitas Financeiras	90.028	42.965	19.666
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	925.495	736.603	595.242
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	925.495	736.603	595.242
7.08.01	Pessoal	448.257	380.242	266.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	328.955	264.767	183.298
7.08.01.02	Benefícios	85.163	84.884	55.222
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.031	23.649	23.665
7.08.01.04	Outros	5.108	6.942	4.029
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	205.171	155.128	182.633
7.08.02.01	Federais	206.075	148.373	158.037
7.08.02.02	Estaduais	-3.942	4.764	22.668
7.08.02.03	Municipais	3.038	1.991	1.928
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.683	46.802	-10.341
7.08.03.01	Juros	64.582	38.083	36.607
7.08.03.03	Outras	4.101	8.719	-46.948
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	4.101	8.719	-46.948
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	203.384	154.431	156.736

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	48.016	41.706	36.009
7.08.04.02	Dividendos	36.472	23.233	28.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.896	89.492	91.743

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo - SP, 16 de Março de 2012. A Tupy S.A. (BM&F Bovespa - TUPY3 e TUPY4) – com forte posição nacional e internacional na manufatura de componentes em ferro fundido para produção automotiva (notadamente blocos e cabeçotes para motores) e conexões de ferro maleável de utilização predominantemente industrial – divulga seus resultados do exercício encerrado em 31/12/2011. As informações da Companhia, exceto quando indicado em contrário, têm como base números consolidados, em milhares de reais, conforme as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Todas as comparações referem-se ao mesmo período de 2010, exceto quando mostrado de outra forma.

TUPY S.A.**2011**

**RELATÓRIO ANUAL DOS
ADMINISTRADORES**

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Senhores Acionistas,

A evolução dos negócios da Tupy em 2011 serviu para consolidar a substancial recuperação de seu desempenho, iniciada em 2010, após os impactos da crise econômica global de 2008. A performance revigorada teve continuidade mesmo diante da desaceleração do crescimento da economia brasileira no último exercício (2011) e dos efeitos da incerteza reinante na economia europeia. Assim, a Tupy manteve-se no caminho que passou a trilhar a partir de 2010 e novamente registrou resultados consistentes com os melhores de sua história.

Essa circunstância foi favorecida principalmente pelas vendas de componentes utilizados na manufatura de motores movidos a diesel – elementos essenciais da carteira de negócios da Tupy –, as quais foram beneficiadas pela forte demanda do mercado doméstico, pelo avanço de clientes com sede nos Estados Unidos e por exportações de clientes europeus, produtores de veículos de passeio de luxo, para países emergentes. Os resultados da Companhia foram auxiliados, ainda, por contribuição advinda de vendas de conexões em ferro maleável, cujo volume, no mercado interno, manteve-se em nível satisfatório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A produção total de veículos no Brasil em 2011 manteve-se praticamente estável, tendo variado +0,7%. Este resultado, todavia, não se originou de comportamento uniforme dos segmentos que compõem a indústria automobilística. De fato, concomitantemente à queda de 0,3% da produção de veículos leves (carros de passeio e comerciais leves) ocorreram crescimentos de 13,9% e 17,4%, respectivamente, na manufatura de caminhões e ônibus, sendo estas justamente aplicações nas quais se utilizam os motores movidos a diesel que mencionamos no parágrafo precedente.

O contraste entre as taxas de crescimento da produção de diferentes segmentos é atribuído particularmente à antecipação, para 2011, de aquisições de caminhões, ônibus e veículos comerciais leves, por conta da entrada em vigor, em 2012, da fase P7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve 7). Trata-se de regulamento que fixa novos parâmetros para emissões de veículos comerciais leves e pesados a diesel, determinando encarecimento desses veículos em virtude da introdução de sistemas de pós-tratamento dos gases e exigindo novas rotinas de manutenção e operação pelos transportadores.

No que concerne ao mercado norte-americano, em meio a sinais contraditórios quanto à recuperação da economia e crescimento econômico ainda aquém do desejável, vendas e produção de automóveis de passeio progrediram respectivamente 6% e 8% em relação a 2010, o que sugere algum retorno da confiança do consumidor. E, apesar da queda superior a 2% dos gastos do governo – a maior desde 1971 –, a renovação da frota norte-americana de caminhões, o consumo das famílias e as exportações alavancadas pela desvalorização do dólar resultaram em crescimento de 15% nas vendas de veículos comerciais. Novamente, verificou-se o melhor desempenho exatamente nos nichos de mercado que utilizam motores movidos a diesel, justamente aqueles com maior participação na carteira de negócios da Tupy.

Os sinais, mesmo que modestos, de recuperação da economia norte-americana, não tiveram paralelo na economia européia, palco de grandes turbulências em 2011. Vendas de automóveis de passeio sofreram pequena queda, de 1%, em relação a 2010. Procedendo-se à mesma comparação para o segmento de veículos comerciais, houve aumento de 7%, porém o volume de vendas ainda foi substancialmente inferior ao nível verificado antes da crise de 2008.

No que concerne aos resultados do segmento de conexões, foram alcançados em virtude do aumento do consumo nos segmentos da construção civil e da indústria de transformação em geral e apesar da acirrada concorrência asiática e de perdas de vendas no mercado externo, seja por conta de barreiras impostas no MERCOSUL, seja por conta da crise europeia.

A distribuição geográfica das vendas foi tal que o mercado interno representou o principal destino da produção da Tupy – conforme já ocorrera em 2009 e 2010 –, correspondendo a 53% das vendas físicas em 2011. A semelhança desse percentual com o observado no ano anterior (54%) ganha importância adicional quando consideramos que o volume total de vendas do exercício de referência – 471,3 mil t – praticamente igualou o recorde histórico alcançado em 2007.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em síntese, o exercício de 2011 foi próspero para os negócios correntes da Tupy, em função de condições favoráveis nos mercados aos quais a Companhia dedica considerável foco e atenção, e também por conta do sucesso de clientes com os quais a Tupy, estratégica e ativamente, construiu e mantém relações há muitos anos.

Além disso, o exercício foi marcado por eventos importantes, relativos ao futuro da Companhia e à modernização de seu parque industrial. Cabe salientar, a propósito, o início das operações de nova linha de produção de autopeças e a execução acelerada de projeto de expansão da capacidade de produção de blocos e cabeçotes para motores, cujas operações devem ter início em Abril/2012. Em ambos os casos, os projetos, planejados ainda antes da crise de 2008, foram interrompidos no ano seguinte por conta da incerteza então dominante na economia global.

No contexto de visão de longo prazo cuja principal aspiração é a liderança global da indústria de blocos e cabeçotes em ferro fundido para motores, a Tupy consolidou em anos recentes o entendimento de que a sustentação e o crescimento de suas relações técnicas e comerciais com a clientela requer extensão da estrutura de produção para outros continentes. Isto para lhe propiciar a condição de parceiro preferencial de clientes e fornecedores, fundamento essencial da constituição e conservação de portfólio de negócios diversificado e de alto valor.

Dessa forma, e sem prejuízo da importância de projetos de crescimento orgânico, a Companhia dedicou grande esforço em 2011 à aquisição de operações na América do Norte – passo inicial da internacionalização de sua manufatura. Daí resultou assinatura, em 17.11.2011, de promessa firme de compra de duas fundições no México – Cifunsa Diesel e Technocast – por valor equivalente a US\$ 439 milhões. O fechamento definitivo da transação aguarda consentimento das autoridades de defesa da concorrência do México e dos Estados Unidos – o que se espera para breve – e sua concretização resultará em profunda transformação da Tupy.

Juntamente com a capacidade de produção adicionada pelo projeto de expansão, as operações adquiridas propiciarão à Tupy a condição de maior fabricante de blocos e cabeçotes em ferro fundido do mundo e a liderança do mercado nas Américas. Além disso, a Tupy ampliará substantivamente seu relacionamento com destacados produtores de máquinas de construção e mineração e de máquinas agrícolas, alavancando por esse meio sua presença no mercado de aplicações *off road* e em mercados emergentes, para os quais parcela relevante das vendas desses produtores se destina.

O exercício de 2011 ficará, assim, marcado pela grande envergadura e pela diversidade dos desafios que a Companhia precisou vencer – no âmbito de suas operações regulares, na implantação de projetos de expansão orgânica e na concepção e execução de seu primeiro projeto de aquisição internacional. Em todas as frentes a Tupy saiu-se satisfatoriamente e os resultados cuja análise se realiza a seguir constituem demonstração de que a equipe soube administrar as pressões advindas das diferentes circunstâncias que dominaram o período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESTAQUES DE 2011 (em relação a 2010)

Dados - 31/12/2011

TUPY3: R\$ 27,90 por ação

Relação com Investidores

Luiz Tarquínio Sardinha
Ferro
 Presidente

Tel.: (47) 4009-8231

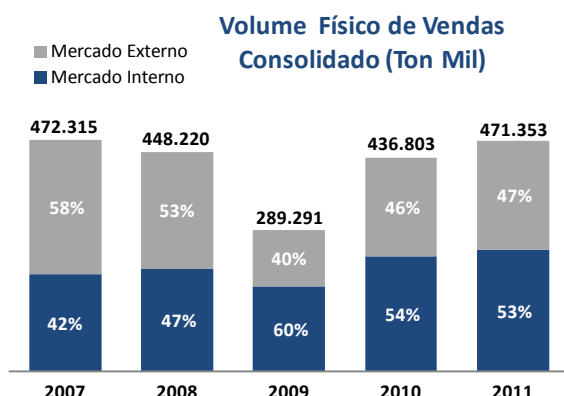
e-mail: dri@tupy.com.br

- **Volume Físico de Vendas:** 471,3 mil toneladas – crescimento de 8%;
- **Receita Operacional:** R\$ 2.185,5 milhões – crescimento de 17%;
- **Lucro após o Resultado Financeiro:** de R\$ 285,0 milhões – crescimento de 16%;
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 342,4 milhões – crescimento de 5%;
- **Lucro Líquido:** R\$ 203,4 milhões – correspondente a 9% da receita operacional (2011) e a crescimento de 32%;
- **Caixa oriundo das atividades operacionais:** R\$ 258,3 milhões – redução de 9% (R\$ 283,1 milhões em 2010);
- **Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa:** R\$ 1.421,1 milhões – crescimento de 146%;
- **Dívida líquida:** R\$ 351,4 milhões – crescimento de 46%;
- **Investimentos:** R\$ 256,9 milhões, crescimento de 78%;

VOLUME FÍSICO DE VENDAS

VOLUME FÍSICO DE VENDAS	Consolidado (Ton Mil)		
	2011	2010	Variação
Mercado Interno	248.460	234.356	6%
Participação %	53%	54%	
Mercado Externo	222.893	202.447	10%
Participação %	47%	46%	
Vendas Físicas Totais	471.353	436.803	8%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2011 o volume físico das vendas alcançou 471,3 mil toneladas, correspondente a crescimento de 8% sobre o volume de vendas de 2010. Este resultado praticamente igualou o recorde histórico de vendas da Companhia, registrado em 2007.

O volume de vendas foi beneficiado por antecipações de compras de caminhões e ônibus no Brasil, em função do PROCONVE 7, pela forte demanda norte-americana e por exportações de clientes europeus para países emergentes.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

RESUMO DOS RESULTADOS	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Variação
Receita Operacional	2.185.548	1.871.527	17%
Mercado Interno	1.160.985	1.044.467	11%
Mercado Externo	1.024.563	827.060	24%
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(1.921.867)	(1.622.000)	18%
Lucro antes do Resultado Financeiro	263.681	249.527	6%
% sobre a Receita Operacional	12%	13%	
Resultado Financeiro Líquido	21.345	(3.837)	-
Lucro após o Resultado Financeiro	285.026	245.690	16%
% sobre a Receita Operacional	13%	13%	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6.769)	(53.997)	-87%
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	278.257	191.693	45%
% sobre a Receita Operacional	13%	10%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.873)	(37.262)	101%
Lucro Líquido do Exercício	203.384	154.431	32%
% sobre a Receita Operacional	9%	8%	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL DE RESULTADOS**

Melhorias na produtividade são esperadas quando da entrada em operação e/ou otimização dos investimentos em expansão em andamento na Companhia

A Receita Operacional cresceu 17% em 2011, em relação a 2010. Custos das Vendas e Despesas Operacionais apresentaram variação de 18%, quando comparados com 2010.

Cabe destacar, no que concerne à variação da Receita Operacional:

- O crescimento do volume físico de vendas;
- O aumento de preços por conta de repasses da inflação de custos, em especial dos insumos metálicos;
- A valorização do Real (taxa média de R\$/US\$ 1,67 em 2011, contra R\$/US\$ 1,76 em 2010), impactando de maneira negativa a receita de vendas externas.

A propósito da variação de Custo das Vendas e Despesas Operacionais, salienta-se:

- A inflação de preços de insumos diversos, da energia elétrica e da mão de obra;
- O recuo da produtividade, em decorrência da utilização de equipamentos antigos e menos eficientes para atender o aumento da demanda e manter a execução do plano de investimentos;
- O crescimento do volume físico de vendas.

Reconhecendo-se os efeitos acima mencionados, o Lucro antes do Resultado Financeiro registrou R\$ 263,7 milhões, 12% sobre a Receita Operacional, contra R\$ 249,5 milhões verificados em 2010, correspondentes a 13% sobre a Receita Operacional daquele exercício. Em valores absolutos houve aumento de 6%.

O Resultado Financeiro Líquido de R\$ 21,3 milhões (receita), frente a R\$ 3,8 milhões (despesa) em 2010, compreende ganhos de aplicações financeiras decorrentes do maior saldo de caixa e equivalentes de caixa em relação àquele período.

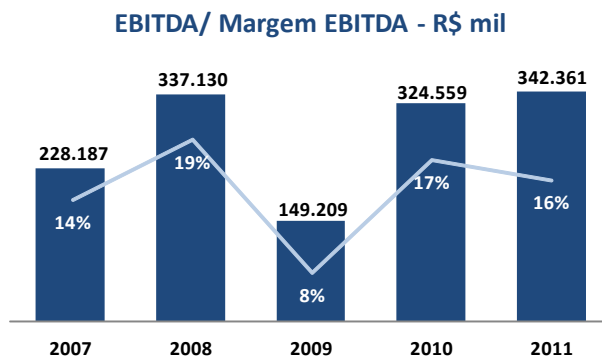
O Lucro Líquido de 2011 registrou R\$ 203,4 milhões, frente a R\$ 154,4 milhões em 2010, representando crescimento de 32% e margem de 9% sobre a Receita Operacional (8% em 2010).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA Ajustado

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM EBITDA	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Varição
Lucro Líquido do Exercício	203.384	154.431	32%
(-) Resultado Financeiro Líquido	21.345	(3.837)	-
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	74.873	37.262	101%
(+) Depreciações e Amortizações	80.633	76.433	5%
= EBITDA (segundo a metodologia do Ofício Circular 01/07 CVM)	337.545	271.963	24%
Margem EBITDA	15%	15%	
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais <i>(exceto depreciação de ativos não operacionais)</i>	4.816	52.596	-91%
= EBITDA Ajustado	342.361	324.559	5%
Margem EBITDA Ajustado	16%	17%	



O EBITDA Ajustado de 2011 registrou R\$ 342,4 milhões (16% sobre a Receita Operacional), aumento de 5% em relação ao valor atingido em 2010 – R\$ 324,6 milhões (17% sobre a Receita Operacional).

As principais causas das variações no EBITDA foram comentadas acima, nas observações sobre o resultado. O gráfico ao lado demonstra o EBITDA histórico e sua representatividade sobre a receita operacional.

EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



FLUXO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

RESUMO DO FLUXO DE CAIXA	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Varição
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.421.085	578.366	146%
Caixa oriundo das atividades operacionais	258.268	283.099	-9%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(244.820)	(139.643)	75%
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	833.431	3.972	20883%
Efeito cambial no caixa do exercício	(4.160)	(6.302)	-34%
Aumento da disponibilidade de caixa	842.719	141.126	497%

ENDIVIDAMENTO	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	2009
Dívida bancária - Curto Prazo	394.399	75.718	115.115
Dívida bancária - Longo Prazo	1.402.273	762.599	547.246
Total da Dívida	1.796.672	838.317	662.361
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	1.445.277	598.329	450.922
(=) Endividamento líquido	351.395	239.988	211.439

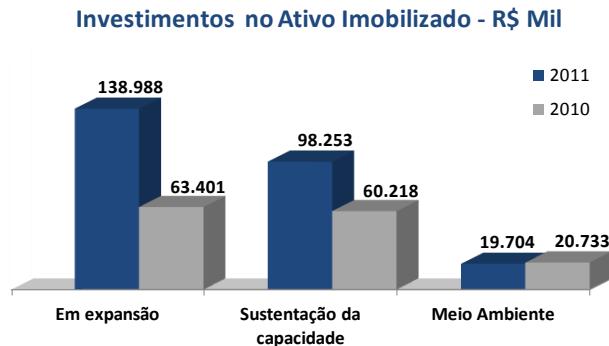
A Companhia encerrou 2011 com saldo de caixa de R\$ 1.421,1 milhões

A Companhia encerrou 2011 com saldo de caixa de R\$ 1.421,1 milhões – acréscimo de R\$ 842,7 milhões sobre o saldo de fechamento de 2010. Esta variação tem origem em reservas de caixa constituídas para efetuar o pagamento de aquisições de empresas no México, obrigação estimada em R\$ 790,2 milhões por ocasião da aprovação destas demonstrações (US\$ 439 milhões, convertidos à taxa de câmbio de R\$ 1,80/US\$ 1,00) e em captações de empréstimos de longo prazo para fazer frente a vencimentos de curto prazo, visando manter o perfil da dívida.

O endividamento financeiro líquido em 2011 atingiu R\$ 351,4 milhões. O aumento de R\$ 111,4 milhões em relação a 2010 decorreu principalmente das atividades de financiamentos do fluxo de caixa, acima mencionado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS



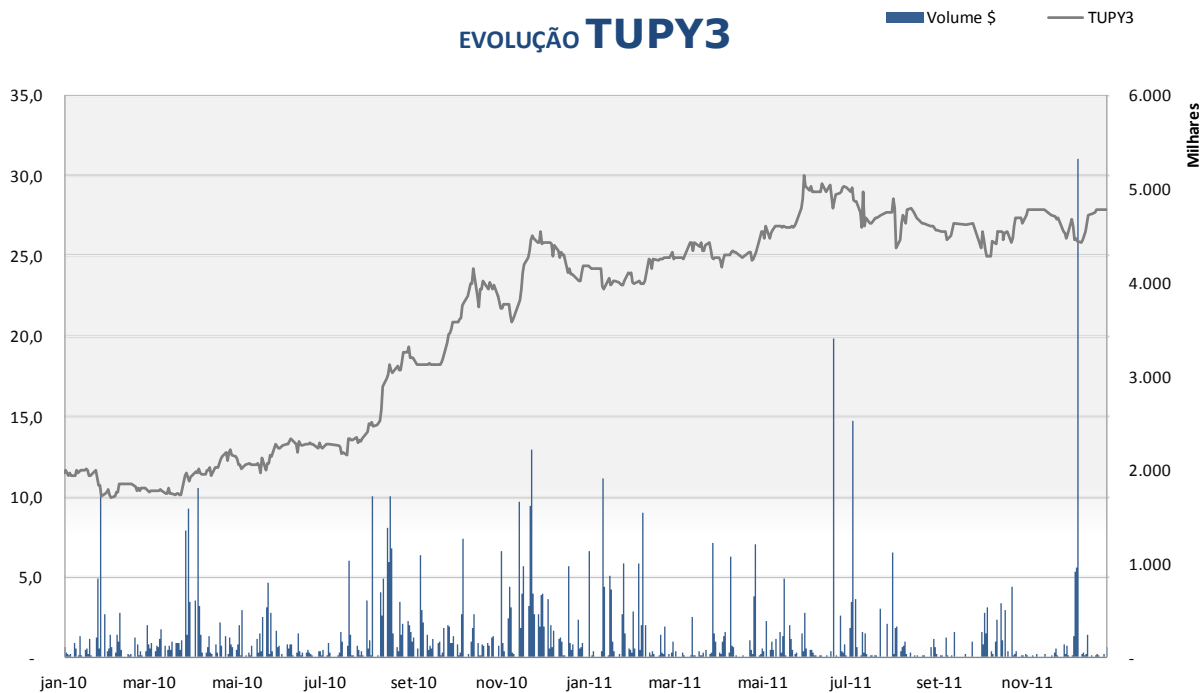
Em 2011, o total de investimentos atingiu R\$ 256,9 milhões, 78% superior ao verificado em 2010.

Além de investimentos para expansão de sua capacidade de produção nas plantas de Mauá e Joinville – destaca-se a implantação, nesta última, de nova unidade de produção de blocos e cabeçotes com início das operações previsto para Abril/2012, a Companhia aplicou valores relevantes na sustentação e modernização de seu parque industrial e em melhorias na área ambiental.

MERCADO DE CAPITAIS

Abaixo o volume de negociações, bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado:

TUPY3 - ON			
	Médio Diário (R\$)	Maior Cotação (R\$)	Menor Cotação (R\$)
4º Trimestre de 2011	269.620,10	27,90	25,00
3º Trimestre de 2011	209.276,51	29,26	25,50
2º Trimestre de 2011	231.081,67	30,00	24,30
1º Trimestre de 2011	280.422,58	25,84	22,96
4º Trimestre de 2010	372.036,48	29,00	21,29
3º Trimestre de 2010	301.643,03	21,99	12,70
2º Trimestre de 2010	185.500,16	14,80	11,50
1º Trimestre de 2010	203.631,05	13,70	11,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Os Administradores estão propondo à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2012, o pagamento de dividendos e juros sob o capital próprio no montante de R\$ 84,5 milhões (aproximadamente R\$ 1,48 por ação). Referida remuneração, líquida dos efeitos fiscais na parcela sob a forma de juros sob o capital próprio, corresponde a 40% do Lucro Líquido após as destinações legais.

IMPACTO SÓCIO AMBIENTAL

O gerenciamento dos efeitos das operações da Tupy sobre o meio ambiente manteve-se como prioridade em 2011, quando, igualmente, prosseguiram os esforços voltados ao aperfeiçoamento do sistema de gestão ambiental e de suas ferramentas.

Os recursos aplicados na proteção ao meio ambiente em 2011 enfocaram:

- a. O manejo de areias excedentes de fundição, principal resíduo da atividade. Destacam-se esforços relativos ao depósito adequado, busca de alternativas de reuso e desenvolvimento de tecnologia de regeneração dessas areias, para uso na própria fundição. A esse respeito:
 - i. Foi implantada a ampliação do aterro industrial, que estendeu a vida útil do aterro preexistente em estimados sete anos. A execução do projeto envolveu

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

obras de terraplanagem, aplicação de mantas impermeabilizantes, sistema de drenagem e bombeamento e construção de vias de acesso. Em Dezembro/2011 foi iniciada a deposição de material na nova área;

- ii. Deu-se início a projeto para testar a utilização de areias de fundição em assentamento de tubos, visando o emprego deste resíduo como material de engenharia. Em conjunto com a Companhia de Águas de Joinville foi construído trecho experimental da rede de esgotos, que terá seu lençol freático monitorado para comprovação da possibilidade de uso de areias de fundição nesta aplicação;
- iii. Decidiu-se desenvolver adicionalmente, em planta piloto, o processo Tupy de regeneração de areia verde, antes de colocá-lo em funcionamento em escala industrial. Este caminho foi escolhido com o propósito de otimizar processos e equipamentos e permitir reuso de suas lamas na própria fundição, tornando mais econômico o processo como um todo.

- b. Investimentos em sistemas de exaustão, dotando diversas áreas fabris da empresa com eficientes equipamentos de controle ambiental.

A Tupy renovou certificações ISO 14001 em suas duas unidades, Joinville e Mauá. As auditorias que precedem as certificações são realizadas por entidades especializadas no tema a cada três anos e consistem na avaliação e validação de todo o sistema de gestão ambiental da empresa.

A retribuição ao corpo de funcionários, principal alavanca para o sucesso da Tupy, se fez por meio de gastos no montante de R\$ 448,3 milhões com salários e encargos sociais, participação nos resultados, concessão de benefícios – nas áreas de saúde e alimentação – e desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores, além do contínuo treinamento exigido pela busca da liderança tecnológica e da excelência operacional.

O valor líquido adicionado pela Companhia, distribuído sob a forma de salários, encargos sociais e benefícios aos empregados, remuneração do capital de terceiros, impostos e contribuições e remuneração do capital próprio alcançou R\$ 925,5 milhões, representando 42% da receita operacional.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposto na Instrução CVM nº. 381/03, de 14/01/2003, informamos que os auditores independentes da Tupy S.A. não prestam à Companhia quaisquer outros serviços além dos concernentes à auditoria das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia, reviram, discutiram e concordam com o integral teor das demonstrações financeiras assim como, com o relatório dos auditores independentes, conforme consta da Ata de Reunião de Diretoria de 16/03/2012.

PERSPECTIVAS

O cenário econômico global que ora se divisa – e as perspectivas daí advindas para os principais mercados e regiões em que a Tupy se faz presente – permitem traçar futuro próspero para a Companhia. No mercado doméstico, observou-se consolidação, em 2011, da notável recuperação da indústria automotiva brasileira, iniciada no ano anterior. Além disso, investimentos de vulto na expansão da produção de veículos têm sido anunciados, não apenas por fabricantes já estabelecidos no Brasil, mas também por novas marcas que aqui pretendem se estabelecer, ou já decidiram fazê-lo, em vista do panorama favorável que antecipam para nosso mercado nos próximos anos.

No que diz respeito aos mercados de exportação – que têm relevante participação nos negócios da Tupy – há sinais crescentes de fortalecimento da economia norte-americana, cuja confirmação trará benefícios à carteira corrente de negócios, uma vez que se trata do principal destino das vendas externas da Companhia. Cabe salientar que em 2011 a demanda norte-americana pelos produtos da Companhia foi robusta, tanto em função da natureza global e exportadora das operações de cliente de elevada representatividade no portfólio, quanto pelo sucesso comercial, no mercado local, de produtos específicos em que são aplicados componentes manufaturados pela Tupy.

A materialização dos sinais acima referidos não apenas acrescentará vigor ao fluxo atual de negócios. Com efeito, estimula nossa convicção sobre a firmeza dos fundamentos que sustentaram a decisão estratégica de internacionalizar a manufatura da Tupy, sem prejuízo da envergadura dos desafios implícitos nessa decisão. A esse respeito, cabe reconhecer a complexidade da integração das operações brasileiras e mexicanas e da transformação de processos de gestão, necessária para conciliá-los com a natureza multinacional que a Companhia passará a ter na plenitude.

Em paralelo com a competição advinda de seus negócios ordinários, a Tupy tem sido constantemente colocada à prova por seus clientes, no que concerne à sua capacidade de desenvolver processos de manufatura aplicados à produção de componentes de alta complexidade. Tais componentes são utilizados na fabricação de motores cada vez mais eficientes, capazes de atender a regras de emissões de poluentes progressivamente mais exigentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nesse contexto, a Tupy deu continuidade em 2011 ao aperfeiçoamento de competências adquiridas ao longo de muitos anos, preservando assim sua capacidade de responder a desafios técnicos e operacionais e sua posição de integrante de grupo restrito de empresas aptas a concorrer por oportunidades de valor oferecidas pelo mercado. A captura desse valor, todavia, está sujeita à observância de política comercial pautada pela promoção do reconhecimento dos diferenciais que a Companhia tem a oferecer, bem como do custo de servir clientes e mercados cuja dinâmica se modifica a intervalos de tempo cada vez menores.

Da mesma forma, a geração de benefícios econômicos para a Tupy e seus acionistas encontrará suporte valioso nos avanços concretizados no âmbito da governança corporativa, dos processos de gestão e do pensamento estratégico, elementos indispensáveis para o êxito de seus projetos e para sustentar aspirações ainda mais elevadas quanto à sua valorização pela comunidade investidora em geral.

É nosso dever ressaltar, porém, impactos adversos oriundos de variáveis tais como a carga tributária excessiva, deficiências da infraestrutura (estradas, portos, aeroportos etc.) e a crescente escassez de mão de obra qualificada, que prejudicam a competitividade da indústria brasileira e colocam em risco o êxito de projetos e empresas nacionais, mesmo no caso daquelas que, como no caso da Tupy, apresentam grande potencial.

Apesar dos problemas acima citados – cuja eliminação é complexa, mas não impossível –, a perspectiva de futuro auspicioso sustenta o esforço daqueles que trabalham em prol do sucesso da Tupy. Agradecemos a todos – colaboradores, acionistas, credores, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* –, certos de que a continuidade de seu incentivo será elemento indispensável para o sucesso da Companhia.

A Administração



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tupy S.A. (“Tupy” ou “Companhia”) é uma Companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) e plantas industriais em Joinville, Santa Catarina e Mauá, São Paulo. Possui forte posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, segunda maior fundição independente do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido e a maior da América Latina. Possui diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atua nos segmentos de produtos automotivos (blocos, cabeçotes e peças) e produtos industriais (conexões, gralhas e perfis). (nota 26)

Além das plantas industriais, a Companhia possui as seguintes subsidiárias integrais:

- Tupy American Foundry Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Europe GmbH, com sede na Alemanha, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos automotivos dos clientes situados na América do Norte e Europa;
- Tupy American Iron & Alloys Co., localizada nos Estados Unidos da América atuando na logística e comercialização de perfis;
- Tupy Argentina S.R.L., com sede na Argentina, atuando na logística e comercialização de conexões;
- Tupy Agroenergética Ltda., empresa brasileira, localizada em Joinville, Santa Catarina, do ramo de reflorestamento, constituída originalmente para suprir fontes alternativas de energia. Partes relevantes dos ativos foram alienadas em 2009 e saldo remanescente se encontra em processo de alienação; (nota 11)
- Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – Sofunge, “em liquidação”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, identificadas como Companhia, e



Notas Explicativas

- As demonstrações financeiras consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as normas IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora, pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.1. Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 08), Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (nota 17) e Instrumentos Financeiros (nota 28).



Notas Explicativas

2.3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis das controladas estão alinhadas com as práticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Companhia, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados oriundos de transações com as empresas controladas são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia naquela controlada.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de variação cambial resultantes na conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

Operações das controladas no exterior

As informações financeiras de balanço e resultado das empresas controladas são convertidas pela moeda de apresentação e funcional, que é o Real (R\$), conforme abaixo:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos para reais (R\$) pelas taxas de câmbio apuradas na data do balanço;
- Os ativos e passivos não monetários são convertidos para reais (R\$) pela taxa em vigor na data da transação;
- As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em reais (R\$) pelas taxas de câmbio médias mensais; e



Notas Explicativas

- Por não possuírem corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da Companhia, os efeitos cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia fizer parte das disposições contratuais dos instrumentos. (nota 28)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação, diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são: (i) acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros após o reconhecimento inicial, se aplicável, ou (ii) se classificados como valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Quando a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente ela pode apresentá-lo de forma compensada no balanço patrimonial.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira.

Tais instrumentos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e títulos a receber e outros.

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 3)



Notas Explicativas

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras vinculadas são mensuradas e demonstradas pelo valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (nota 4)

Contas a receber

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base na idade das contas a receber em atraso. (nota 5)

Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros: financiamentos e empréstimos, fornecedores e títulos a pagar e outros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos.

Financiamentos e empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 14)

d. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e



Notas Explicativas

indiretos de produção, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis. O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. (nota 6)

e. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, sob contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

f. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (notas 8 e 23)

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e



Notas Explicativas

contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (nota8)

g. Propriedades para investimentos

Os ativos classificados como propriedades para investimentos são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. (nota 11)

h. Investimentos

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Tupy S.A. e todas as empresas controladas da Companhia. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. (nota 12)

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. (nota 13)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em imobilizações em andamento, para os respectivos ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e reconhecida no resultado com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas**Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos mercantis financeiros em vista de se tratar de financiamento de ativo imobilizado. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o bem arrendado é registrado de acordo com a prática contábil aplicável ao ativo imobilizado.

j. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Na data de cada balanço, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado pelo seu uso ou pelo valor de venda. Caso se identifique tais evidências, a Companhia efetua os cálculos para a identificação do valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do período.

k. Salários, encargos sociais e participações

Obrigações a empregados e os encargos relacionados são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado.

O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 16)

l. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação.

m. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 17)



Notas Explicativas

n. Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 19)

o. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 24)

p. Demonstrações de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.



Notas Explicativas

q. Novas normas e interpretações

Novas normas adotadas

As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1 (CPC 37), IFRS 3 (CPC 15) e IAS 34 (CPC 21). As alterações das normas IFRS 3, são efetivas para os períodos anuais iniciados em/ou após 1º de julho de 2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Novas normas não vigentes

Diversas normas, revisões de normas e interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs) foram emitidas pelo *International Financial Standards Board* (IASB) sendo essas:

- Modificações no IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros - Evidenciação” – Aplicável para exercícios iniciados a partir 1º de julho de 2011.
- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Divulgação de participação em outras entidades” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Valor Justo – Mensuração e Evidenciação” - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 1 – “Apresentação de Outros Resultados Abrangentes” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2012.
- Modificações no IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” – Aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 28 – “Investimentos em coligadas” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes as IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos destas novas normas e alterações de normas nas demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Companhia		
Caixa e bancos	2.766	1.269
Aplicações financeiras no país	1.232.083	398.542
Aplicações financeiras no exterior	173.584	158.357
	1.408.433	558.168
Controladas		
Caixa e bancos	117	53
Caixa e bancos no exterior	12.535	20.145
Consolidado	1.421.085	578.366

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 11,07% ao ano e no exterior à taxa média de 0,55% ao ano (taxas médias de 10,84% e 0,55% ao ano, respectivamente, em dezembro de 2010).

As exposições ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgados na nota de instrumentos financeiros (nota 28).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DE LONGO PRAZO	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Aplicações financeiras no país	24.192	19.963

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 11,31% ao ano (taxa média de 11,13% ao ano em dezembro de 2010) e vinculadas em operações com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 14)



Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Companhia		
Mercado interno	115.693	87.536
Mercado externo	105.903	116.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.925)	(3.278)
	219.671	200.615
Controladas		
Mercado interno	145	88
Mercado externo	49.859	14.034
	269.675	214.737

Em 31 de dezembro de 2011 o montante R\$ 31.088 de contas a receber no mercado externo da Companhia é referente a partes relacionadas (R\$ 61.574 em dezembro de 2010). (nota 9)

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
A vencer até 30 dias	146.720	123.359	195.753	161.164
A vencer de 31 a 60 dias	44.351	53.700	49.359	29.773
A vencer acima de 61 dias	22.419	19.407	13.597	17.768
Vencidas até 30 dias	2.980	2.864	4.360	3.486
Vencidas de 31 a 60 dias	3.103	1.285	6.508	2.546
Vencidas acima de 61 dias provisionados	2.023	3.278	2.023	3.278
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.925)	(3.278)	(1.925)	(3.278)
	219.671	200.615	269.675	214.737

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada com base nos clientes em atraso, nas condições descritas abaixo:

			Companhia e Consolidado	
			2011	2010
Mercado interno	Condições de atraso			
	De 61 a 180 dias	50%	98	92
	Acima de 180 dias	100%	712	350
Mercado externo	Acima de 180 dias	100%	1.115	2.836
			1.925	3.278



Notas Explicativas

Durante o exercício, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(3.278)	(3.629)
Adições	(1.120)	(75)
Baixas	2.473	426
Saldo final	(1.925)	(3.278)

6. ESTOQUES

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Companhia		
Produtos acabados	71.511	59.794
Produtos em elaboração	26.275	26.239
Matérias-primas	33.251	27.233
Materiais de processo	41.618	26.509
Materiais de manutenção e outros	33.890	36.755
Provisão para perdas	(2.361)	(3.867)
	204.184	172.663
Controladas		
Produtos acabados	18.077	28.533
Consolidado	222.261	201.196

Determinados itens foram objeto de constituição de provisões para ajuste ao valor realizável líquido. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor realizável líquido apresentou a seguinte movimentação:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(3.867)	(5.599)
Adições	-	(2.531)
Reversões	-	141
Baixas por perda	1.506	4.122
Saldo final	(2.361)	(3.867)

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às operações continuadas foi de R\$ 1.745.632 (R\$ 1.476.131 em 2010).

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

Notas Explicativas**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

Os impostos e contribuições a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	Companhia e Consolidado					
	2011			2010		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Companhia						
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	53.647	-	53.647	-	52.560	52.560
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	91.788	91.788	-	88.843	88.843
Provisão para perdas	-	(28.561)	(28.561)	-	-	-
(c) COFINS alargamento base de cálculo	15.045	-	15.045	-	25.170	25.170
Provisão para perdas	(15.045)	-	(15.045)	-	-	-
(d) ICMS a recuperar - SP	-	22.938	22.938	-	32.138	32.138
Provisão para perdas	-	-	-	-	(15.501)	(15.501)
(e) ICMS a recuperar - SC	11.644	7.005	18.649	7.368	7.005	14.373
Imposto de renda a recuperar	24.031	-	24.031	7.197	-	7.197
Contribuição social a recuperar	4.755	-	4.755	2.603	-	2.603
COFINS, PIS e IPI a recuperar	1.048	-	1.048	1.265	-	1.265
	95.125	93.170	188.295	18.433	190.215	208.648
Controladas						
Imposto de renda a recuperar	1.054	-	1.054	1.456	209	1.665
IVA / VAT a recuperar	4.393	1.787	6.180	3.869	1.789	5.658
	100.572	94.957	195.529	23.758	192.213	215.971

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

Trata-se do benefício fiscal conhecido como Crédito-Prêmio de IPI, originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, no montante de R\$ 53.647, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011.

Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitirá a compensação com os tributos federais vincendos. Tais compensações iniciarão no 1º trimestre de 2012 e as expectativas apontam para a utilização integral durante o exercício de 2012.

b. Crédito Prêmio de IPI - Exportações Jun/1988 a Out/1990.

Crédito-Prêmio de IPI originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009.

Notas Explicativas

A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios.

Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia avaliou o crédito a valor presente e constituiu provisão para perda de R\$ 28.561. (nota 22)

c. Crédito de COFINS alargamento da base de cálculo (Lei 9.718/98).

Direito à restituição de pagamento desse tributo que posteriormente foi reconhecido como não devido pela Companhia, em decisão judicial transitada em julgado em maio de 2006. O apontado pagamento foi feito, à época, mediante compensação com Crédito-Prêmio IPI, compensação essa não aceita pela Receita Federal. O contencioso e respectivo débito em favor da Receita Federal referente a tal compensação foi liquidado no âmbito da anistia instituída pela Medida Provisória nº 470/09, em outubro de 2010. Em abril de 2011 a Companhia iniciou os procedimentos de compensação do crédito e já utilizou R\$ 10.125 até 31 de dezembro de 2011, restando para utilização futura R\$ 15.045.

Em 24 de maio de 2011 a Receita Federal do Brasil impediu novas compensações sob a alegação de que o prazo para aproveitá-lo teria expirado. Em 18 de julho de 2011, a Companhia impetrou medida judicial e, em 13 de dezembro de 2011, obteve decisão favorável assegurando o direito à compensação, ainda sujeito a recursos, razão pela qual a Companhia manteve a provisão (nota 22)

d. ICMS a recuperar em São Paulo.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas na manufatura de produtos exportados. Considerando que as operações não proporcionavam realizações do saldo credor, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 15.501 em dezembro de 2008. Atualmente as operações da Companhia consomem créditos as quais resultaram em redução do saldo credor em R\$ 9.200 durante o exercício de 2011(R\$ 4.370 em 2010). Considerando as contínuas realizações destes créditos, a Administração reavaliou a provisão constituída e julgou desnecessária sua manutenção, revertendo-a integralmente. (nota 22)

e. ICMS a recuperar em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 18.649, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 14.373 em 2010).

Notas Explicativas



8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

ATIVO	Companhia e Consolidado		
	2011	2010	Varição
Companhia			
Contas a receber	1.495	1.799	(304)
Estoques	803	1.315	(512)
Impostos e contribuições a recuperar	14.826	5.270	9.556
Ferramentais de terceiros	2.631	1.691	940
Créditos Eletrobrás	3.428	-	3.428
Outros itens do ativo	5.217	4.379	838
Salários, encargos sociais e participações	6.395	13.426	(7.031)
Outros itens do passivo	5.426	1.410	4.016
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	33.894	53.457	(19.563)
	74.115	82.747	(8.632)
Consolidado			
Lucros não realizados nas subsidiárias	3.750	2.482	1.268
Total Consolidado	77.865	85.229	(7.364)

PASSIVO	Companhia e Consolidado		
	2011	2010	Varição
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	68.103	76.492	(8.389)
Diferenças de taxas de depreciação	29.946	20.646	9.300
Total Companhia e Consolidado	98.049	97.138	911

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos.

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social divulgado nas demonstrações financeiras de 2010 estava apresentado líquido do passivo diferido originário da diferença entre as taxas depreciação fiscal e societária. O estudo técnico de viabilidade elaborado na época demonstrava capacidade de realização para os valores brutos.

A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia é como segue:

Ano	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2011	-	27.247	-	27.247
2012	21.048	27.488	21.048	27.488
2013	25.069	28.012	25.069	29.502
2014	26.012	-	26.012	992
2015	1.986	-	5.736	-
	74.115	82.747	77.865	85.229

Notas Explicativas

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 56.053 (R\$ 55.755 em 2010) e bases negativas da contribuição social de R\$ 61.284 (R\$ 60.986 em 2010). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

Balanco patrimonial	Direitos a receber		Obrigações	
	2011	2010	2011	2010
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	158	3.475
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	1.527	2.253
Tupy American Foundry Co.	21.924	35.494	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	2	910	-	-
Tupy Europe GmbH	7.170	23.213	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	1.992	1.957	-	-
	31.088	61.574	1.685	5.728

Demonstração do resultado	Receita de vendas		Despesa financeira	
	2011	2010	2011	2010
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	(25)	(17)
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	(19)	(12)
Tupy American Foundry Co.	340.403	277.948	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	4.778	3.538	-	-
Tupy Europe GmbH	147.965	104.788	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	519	2.582	-	-
	493.665	388.856	(44)	(29)

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Companhia com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias e os preços e prazos são definidas conforme estabelecido entre as partes.

As obrigações representam empréstimos de mútuo de controladas no Brasil, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.



Notas Explicativas

A Companhia mantém contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 14.

c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração Fixa	800	780	2.916	2.838
Remuneração Variável	-	-	1.474	3.324
	800	780	4.390	6.162

A remuneração global aprovada em AGO/E é de R\$ 9.000 (R\$ 8.500 em 2010).

A remuneração dos administradores ocorre apenas na controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados a título de remuneração variável da Diretoria Executiva estão em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. Não há previsão de remuneração variável para o Conselho de Administração.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas, seguro saúde e indenização por rescisão contratual, cujos valores somaram R\$ 543 (R\$ 252 em 2010) e estão apropriados no grupo de despesas administrativas.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da respectiva execução de sentença, em Dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, na medida em que lhe assegurou, além do crédito já reconhecido em 1ª instância (principal acrescido de juros remuneratórios), os créditos correspondentes aos juros moratórios.

O valor registrado pela Companhia reflete, portanto: (i) o direito já reconhecido pelo Judiciário; (ii) a forma de apuração apontada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (iii) laudo pericial homologado pelo Judiciário; e (iv) a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações – critério que ainda será questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda em R\$ 10.083. (nota 22)

A atualização monetária e reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.



Notas Explicativas

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido ao longo do exercício de 2013.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

	Companhia e Consolidado
Saldo em Dez/10	90.284
Atualização monetária	8.396
Provisão para perdas	(10.083)
Saldo em Dez/11	88.597

11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia não concluiu as negociações para a venda dos ativos de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda., desta forma, por não existir uma perspectiva clara quanto ao prazo de realização reclassificou o valor para o grupo de propriedades para investimento.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 4.189 (R\$ 4.574 em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com avaliação feita em 2011 por empresa especializada, os valores de realização dos ativos classificados como propriedades para investimento apontam para uma faixa entre R\$ 26.953 (mínimo) e R\$ 49.761 (esperado), líquidos dos efeitos fiscais e do custo contábil.

12. INVESTIMENTOS

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em Controladas:				
Tupy Agroenergética Ltda.	10.247	13.184	-	-
Sociedade Técnica de Fundições				
Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	2.132	2.038	-	-
Tupy American Foundry Co.	31.070	25.840	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	2.703	1.997	-	-
Tupy Europe GmbH	40.119	30.257	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	1.724	2.370	-	-
	87.995	75.686		
Outros Investimentos	1.364	582	1.364	922
	89.359	76.268	1.364	922

Notas Explicativas



A movimentação ocorrida nas contas durante o exercício é assim representada:

Investimentos em Controladas							
	Tupy Agroenergética Ltda.	Soc. Téc. de Fund.Gerais S.A.-Sofunge	Tupy American Foundry	Tupy American Iron & Alloys	Tupy Europe GmbH	Tupy Argentina S.R.L	Total
Participação no capital social (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Total do Ativo							
2010	13.296	3.098	81.881	3.529	65.260	4.036	171.100
2011	10.247	2.331	78.592	2.766	71.911	3.275	169.122
Patrimônio Líquido							
2010	13.184	2.038	25.840	1.997	30.257	2.370	75.686
2011	10.247	2.132	31.070	2.703	40.119	1.724	87.995
Lucro (Prejuízo) Líquido:							
Após a eliminação de lucros não realizados							
2010	97	2.038	1.056	177	3.360	174	6.902
2011	929	94	5.230	706	9.862	(646)	16.175
Saldo em 31 de dezembro de 2009	13.087	-	24.784	1.820	26.897	2.196	68.784
Participação no resultado das controladas	97	2.038	1.056	177	3.360	174	6.902
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.184	2.038	25.840	1.997	30.257	2.370	75.686
Participação no resultado das controladas	929	94	5.230	706	9.862	(646)	16.175
Distribuição de lucros	(3.866)	-	-	-	-	-	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.247	2.132	31.070	2.703	40.119	1.724	87.995

Conforme divulgado em Fato Relevante de 16 de novembro de 2011, a Companhia está em processo de aquisição de duas fundições localizadas no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe, voltadas a produção de blocos e cabeçotes, produtos do segmento automotivo.

O negócio envolverá recursos da ordem de US\$ 439 milhões e sua efetivação está sujeita ao atendimento de determinadas condições, que ainda estão em fase de tramitação, dentre elas a aprovação dos competentes órgãos reguladores da concorrência.

Conforme disposição legal, a transação será oportunamente submetida à Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Notas Explicativas



13.IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

	Companhia e Consolidado							Controladas		Total Consolidado
	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Imobilizações em andamento	Móveis, utensílios e outros	Total Companhia	Terrenos	Outros	
Custo										
Saldo em 01 de janeiro de 2010	1.143.447	143.783	8.748	16.000	137.356	8.777	1.458.111	-	3.796	1.461.907
Adições	62.328	9.790	-	1.505	70.487	106	144.216	-	136	144.352
Baixas	(6.382)	(39)	-	(19)	-	(118)	(6.558)	-	(1.194)	(7.752)
Transferência de ativos mantidos para a venda	-	-	-	-	-	-	-	2.354	2.464	4.818
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.199.393	153.534	8.748	17.486	207.843	8.765	1.595.769	2.354	5.202	1.603.325
Adições	117.587	16.502	-	4.171	117.812	188	256.260	-	685	256.945
Baixas	(11.486)	(993)	-	(467)	-	(637)	(13.583)	-	(123)	(13.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.305.494	169.043	8.748	21.190	325.655	8.316	1.838.446	2.354	5.764	1.846.564
Depreciação										
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(468.569)	(80.125)	-	(9.015)	-	(8.065)	(565.774)	-	(2.904)	(568.678)
Depreciação no período	(70.185)	(3.927)	-	(2.022)	-	(121)	(76.255)	-	(178)	(76.433)
Baixas	1.954	39	-	19	-	118	2.130	-	905	3.035
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(536.800)	(84.013)	-	(11.018)	-	(8.068)	(639.899)	-	(2.177)	(642.076)
Depreciação no período	(74.254)	(4.058)	-	(2.073)	-	(125)	(80.510)	-	(123)	(80.633)
Baixas	10.395	593	-	455	-	636	12.079	-	116	12.195
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(600.659)	(87.478)	-	(12.636)	-	(7.557)	(708.330)	-	(2.184)	(710.514)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2010	662.593	69.521	8.748	6.468	207.843	697	955.870	2.354	3.025	961.249
Em 31 de dezembro de 2011	704.835	81.565	8.748	8.554	325.655	759	1.130.116	2.354	3.580	1.136.050

As adições ao imobilizado consolidado, que contemplam a continuidade das aquisições e instalações de novas linhas para produção de blocos, cabeçotes e demais peças do segmento de produtos automotivos em ambas as plantas industriais, sustentação da capacidade operacional e proteção ao meio ambiente (sistemas de exaustão para fornos, aterro industrial e regeneração de areias), estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	2011	2010
Em expansão	135.133	61.080
Sustentação da capacidade operacional	95.528	58.013
Meio Ambiente	19.157	19.974
Juros e encargos financeiros	7.127	5.285
	256.945	144.352

b. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis demonstradas a seguir;

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos



Notas Explicativas

c. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício de 2011 totaliza R\$ 7.127 (R\$ 5.285 em 2010).

d. Garantia

Em 31 de dezembro de 2011, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 125.719 (R\$ 132.936 em 2010) encontram-se hipotecados para garantir empréstimos bancários de longo prazo.

e. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos, conforme descrito na nota 25.

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Moeda Nacional:	Vencimento	Custo médio	Companhia e Consolidado	
			2011	2010
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	TJLP + 3,09% a.a.	171.519	153.220
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Out/2013	5,7% a.a.	751.326	550.563
Contratos de leasing	Jul/2011	15,94% a.a.	-	178
Finame (PSI)	Mar/2021	5,37% a.a.	8.116	1.261
Moeda Estrangeira:				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 5,89% a.a.	16.658	15.489
(c) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+ Libor + 3,73% a.a.	836.882	66.047
Capital de giro	Mar/2013	VC+ Libor + 1,90% a.a.	19.263	51.559
Resultado líquido de operações de SWAP	Fev/2012	Ativo: VC + 1,10% a.a. / Passivo: 102% CDI	(7.092)	-
			1.796.672	838.317
Parcela de curto prazo			394.399	75.718
Parcela de longo prazo			1.402.273	762.599

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Ano	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
2012	-	379.101
2013	514.055	305.407
2014	138.881	32.666
2015	265.088	28.460
2016	250.722	16.677
2017	230.609	288
Após	2.918	-
	1.402.273	762.599

Notas Explicativas

A origem dos financiamentos e empréstimos acima relacionados é a seguinte:

a. Projeto de Expansão da Tupy S.A. - BNDES

O financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, possui prazo total de 80 meses, com 27 meses de carência. O contrato prevê 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor (nota 4).

b. BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)

Em setembro e novembro de 2009 e em junho de 2010 a Companhia contratou com diversas instituições financeiras operações na modalidade BNDES Exim – Pré-Embarque do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos montantes de R\$ 299.217 e R\$ 250.000 respectivamente, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os recursos contratados em 2009 e 2010 possuem prazo total de 36 meses e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

Em setembro e outubro de 2011, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000. Os contratos possuem prazo total de 24 meses e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

c. Pré-pagamento de exportações

Em setembro e outubro de 2011 foram contratadas operações de empréstimo junto ao Banco Safra e Bradesco, no montante de US\$ 70.000 e US\$ 50.000 respectivamente, ambas com prazo total de 6 anos, com carência de 3 anos.

Em outubro de 2011, foram liberados empréstimos no montante de US\$ 300 milhões de dólares norte americanos que a Companhia contratou no mês de setembro de 2011 com o Banco do Brasil e com o Banco Itaú. Estas operações possuem prazo total de 6 anos, sendo 3 anos de carência. Tais recursos serão destinados para reforço de caixa e garantir o cumprimento de dívidas vincendas a partir de 2012.

Aproximadamente 44% dos contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, e outros 13% estão sujeitos a demais índices financeiros, os quais compreendem: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro; Dívida Líquida/Patrimônio Líquido; Patrimônio Líquido/Ativo Total e Ativo Circulante/Passivo Circulante. Em 31 de dezembro, todos os índices financeiros estão sendo cumpridos.

EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela



Notas Explicativas

adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Dívida líquida é a dívida bancária, líquida das disponibilidades e aplicações de longo prazo.

15. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão ao programa REFIS-PAES, previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$ 58.379, que vem sendo amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia.

16. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Companhia		
Salários	9.339	8.350
Provisão de férias e 13º salário	44.631	31.233
Encargos sociais	13.283	10.830
Programa de participação no resultado	18.810	39.488
Previdência privada	1.572	-
	87.635	89.901
Controladas		
Salários, encargos e participações	374	786
Consolidado	88.009	90.687

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao período e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais.

Em 2011 a Companhia instituiu plano de previdência privada para todos os empregados, sendo que estes tinham a opção de aderir ou não. A modalidade do plano é de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor. Para uma parcela reduzida do contingente de funcionários o plano prevê uma contribuição especial para os chamados sócios fundadores, aqueles que atendem a determinados requisitos de tempo de casa e idade, cujo valor está provisionado e será pago em cinco parcelas anuais e iguais, iniciando-se em agosto de 2012.

17. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.



Notas Explicativas

As movimentações ocorridas em 2011 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

	Companhia e Consolidado					2011
	2010	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	
Companhia						
Cíveis	134.680	-	5.369	(62.087)	(6.491)	71.471
Tributárias - Pis, Cofins, Icms e IPI	10.008	-	146	-	-	10.154
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	8.855	8.736	-	-	(4.011)	13.580
Previdenciárias - Inss (Sebrae e Rat)	3.684	800	-	-	-	4.484
(-) Depósitos judiciais vinculados	(6.324)	(2.662)	-	336	-	(8.650)
	150.903	6.874	5.515	(61.751)	(10.502)	91.039
Controladas						
Cíveis	579	-	-	(120)	-	459
Tributárias - Pis, Cofins, Icms e IPI	43	-	-	-	-	43
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	606	-	-	-	(545)	61
(-) Depósitos judiciais vinculados	(199)	-	-	-	-	(199)
Consolidado	151.932	6.874	5.515	(61.871)	(11.047)	91.403

As provisões cíveis estão relacionadas à honorários de êxito em processos fiscais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada. As baixas realizadas no exercício estão relacionadas à redução dos ativos que dão origem à provisão de honorários de êxito, renegociações do percentual de êxito (nota 7, letra b) e atualização do débito contingente proveniente de aquisição de controlada.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 22.

Contingências com probabilidades de perdas possíveis

Não foram constituídas provisões para as contingências passivas cujo prognóstico, dos assessores jurídicos externos da Companhia, é de que são possíveis as chances de perda.

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
(a) Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL	77.527	61.644
(b) Débitos quitados em anistia fiscal	42.624	-
(c) Créditos de ICMS	25.758	2.770
(d) Débitos fiscais prescritos	23.151	22.435
(e) Processos de natureza previdenciária	64.290	58.181
(f) Processos de natureza trabalhista	19.180	21.960
(g) Processos de natureza cível	6.551	-

a. Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conceituação de insumos). A companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.



Notas Explicativas

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

b. Débitos quitados em anistia fiscal

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão a anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia em voga.

c. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2009 a 2011, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

d. Débitos fiscais prescritos

Execuções fiscais promovidas pela União, nos anos de 2004 e 2005, cobrando supostos débitos relativos às compensações com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição desde aquelas datas, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

e. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

f. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

g. Processo de natureza cível

Contingência em que se discute a ocorrência de excesso de execução em demanda movida pela Companhia, relativamente à majoração indevida de tarifa de energia elétrica cobrada pela concessionária, em período de congelamento de preços, de fevereiro a novembro de 1986.



Notas Explicativas

18. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DIVIDENDOS

a. Capital social

O capital autorizado é limitado a R\$ 450.000, representado por ações escriturais nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do capital autorizado, acham-se subscritos e integralizados R\$ 398.395, representados por 57.138.750 ações, sendo 56.820.214 ações ordinárias com direito a voto, e 318.536 ações preferenciais sem direito a voto.

O Conselho de Administração da Companhia poderá aumentar o capital subscrito em montante que reputar conveniente e necessário até o limite do capital autorizado.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou à pessoas que lhe prestem serviços ou à entidade sob seu controle. Até 31 de dezembro de 2011, não houve outorga de opção de compra de ações.

As ações preferenciais conferem a seus possuidores:

- O direito de prioridade no reembolso do capital, em caso de encerramento das atividades da Companhia;
- O direito de participação, em igualdade de condições com as demais ações, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes de correção monetária, de reavaliação do ativo, de capitalização de reservas ou de utilização de quaisquer fundos; e,
- O direito de serem incluídos em ofertas públicas de alienação do controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei nº 6.404/76, assegurado o dividendo igual ao das ações ordinárias.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1990 nas contas de terrenos e edificações (R\$ 16.593) e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos (R\$ 115.610), as quais foram admitidas como parte integrante do valor de custos dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

c. Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas



- Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. Não podendo exceder, a qualquer tempo, o valor do capital social.

d. Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2011, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, comparada com a de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	203.384	154.431
Constituição de reserval legal (5%)	10.169	7.722
Base de cálculo dos dividendos	193.215	146.709
PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO		
(para ações em circulação na data do balanço)	2011	2010
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	48.016	41.706
Dividendos	36.472	23.233
Total proposto para distribuição	84.488	64.939
ALOCAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Passivo circulante		
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	48.016	41.706
Dividendos	7.490	1.227
Total	55.506	42.933
Patrimônio líquido		
Dividendos adicionais propostos	28.982	22.006
Saldo destinado à reserva para investimento	125.014	97.440
Valores unitários por ação: Ordinárias e Preferenciais		
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	0,84034	0,72991
Dividendos	0,63832	0,40661
Total proposto para distribuição	1,47866	1,13652

Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 40% do lucro líquido após as destinações legais.

Em 31 de dezembro de 2011, a soma das reservas de lucros excedem o Capital Social em R\$ 138.656, após feitas todas as destinações previstas na legislação



Notas Explicativas

societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei 6.404/76, a Administração irá propor a Assembleia aumento do Capital Social.

19. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta	2.472.857	2.132.607	2.520.454	2.167.478
Menos:				
Devoluções e abatimentos	(33.728)	(24.281)	(33.728)	(24.286)
Receita líquida de devoluções e abatimentos	2.439.129	2.108.326	2.486.726	2.143.192
Impostos sobre vendas	(301.156)	(271.491)	(301.178)	(271.665)
Receita operacional	<u>2.137.973</u>	<u>1.836.835</u>	<u>2.185.548</u>	<u>1.871.527</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matérias Primas	561.509	481.602	565.061	479.947
Materiais de processo	372.808	324.826	375.166	323.710
Materiais de manutenção e consumo	158.089	148.540	159.379	148.647
Salários e encargos	428.521	347.783	435.691	351.122
Programa de participação no resultado	19.163	37.035	19.163	37.357
Benefícios sociais	62.950	46.865	63.897	47.527
Energia Elétrica	113.731	80.720	114.475	80.471
Depreciação	80.510	76.255	80.633	76.433
Fretes sobre vendas	69.234	49.942	81.103	60.911
Honorários da administração	5.190	6.942	5.190	6.942
Outros custos	18.026	2.445	22.109	8.933
	<u>1.889.731</u>	<u>1.602.955</u>	<u>1.921.867</u>	<u>1.622.000</u>
Custo dos produtos vendidos	1.731.772	1.476.157	1.745.632	1.476.131
Despesas com vendas	102.489	78.116	117.833	94.567
Despesas administrativas	50.280	41.740	53.212	44.360
Honorários da administração	5.190	6.942	5.190	6.942
	<u>1.889.731</u>	<u>1.602.955</u>	<u>1.921.867</u>	<u>1.622.000</u>

Notas Explicativas



21. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento bancário	(59.315)	(30.423)	(59.315)	(30.423)
Juros sobre financiamento tributário	(1.093)	(4.547)	(1.098)	(4.570)
Outras despesas	(1.446)	(2.034)	(4.169)	(3.090)
	(61.854)	(37.004)	(64.582)	(38.083)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	74.511	32.990	74.511	32.990
Juros sobre crédito eletrobrás	8.396	4.129	8.396	4.129
Outras receitas	4.771	5.787	7.121	5.846
	87.678	42.906	90.028	42.965
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações cambiais líquidas	(6.392)	(4.286)	(4.144)	(9.053)
Variação monetária	43	333	43	334
	(6.349)	(3.953)	(4.101)	(8.719)
	19.475	1.949	21.345	(3.837)

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos em aplicações financeiras e atualizações de ativos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos bancários que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, juros e variações monetárias sobre financiamento de impostos e encargos sociais, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras que são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas provenientes de variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira são reportados em uma base líquida.

Notas Explicativas



22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Constituição e atualização de provisões (nota 17):				
- tributárias	(146)	(1.362)	(146)	(1.362)
- cíveis	(5.369)	(62.972)	(5.369)	(8.806)
- trabalhistas	(8.736)	(6.056)	(8.736)	(6.056)
- previdenciárias	(800)	(2.812)	(800)	(11.769)
Reversão de provisões (nota 17):				
- Reversão de provisões cíveis	62.087	20.449	62.207	20.449
Constituição e reversão de provisões sobre Impostos a recuperar (nota 7):				
- Provisão para perda do Crédito Prêmio de IPI do período de 1988/1990	(28.561)	(40.741)	(28.561)	(40.741)
- Provisão para perda do Crédito Prêmio de IPI do período de 1981/1985	-	(5.766)	-	(5.766)
- Provisão para perda do Crédito Cofins	(15.045)	-	(15.045)	-
- Reversão da provisão para perda do Crédito ICMS	15.501	-	15.501	-
Provisão para perda do Crédito Eletrobrás (nota 10)	(10.083)	-	(10.083)	-
Depreciação de ativos não operacionais	(1.953)	(1.355)	(1.953)	(1.401)
Baixa de bens do imobilizado	(1.170)	(4.428)	(1.184)	(4.628)
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(14.906)	6.786	(12.600)	6.083
	(9.181)	(98.257)	(6.769)	(53.997)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes dos efeitos fiscais	274.711	187.567	278.257	191.693
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota combinada	(93.402)	(63.773)	(94.607)	(65.176)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
- Equivalência patrimonial	5.500	16.998	-	-
- Depreciação de bens reavaliados em 1990	-	(660)	-	(660)
- Depreciação de ativos não operacionais	(664)	(461)	(664)	(476)
- Juros sobre o capital próprio	16.325	14.180	16.325	14.180
- Baixa de provisão previdenciária sem crédito fiscal diferido na controlada	-	-	-	18.416
- Demais (adições) exclusões permanentes	914	580	3.297	(926)
Efeitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas sem constituição de créditos fiscais diferidos	-	-	776	(2.620)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(71.327)	(33.136)	(74.873)	(37.262)

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(61.784)	(41.363)	(66.598)	(47.082)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.543)	8.227	(8.275)	9.820
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(71.327)	(33.136)	(74.873)	(37.262)



Notas Explicativas

24. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro por ação Ordinária (ON) e Preferencial (PN) no exercício:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	203.384	154.431
Média ponderada de ações em circulação	57.139	57.139
Lucro básico e diluído por ação - R\$	3,5595	2,7027

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

SEGUROS	2011	2010
Prédios e edificações	77.378	73.965
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	954.918	901.954
Estoques	130.279	141.623
Lucros cessantes	629.328	483.089
Responsabilidade civil	36.706	36.706

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Produtos Automotivos – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

Produtos Industriais - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granelhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Notas Explicativas



Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

Conciliação de receitas, custos e despesas e os resultados

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita operacional (nota 19)	1.943.759	1.651.235	241.789	220.292	2.185.548	1.871.527
Custos e despesas (nota 20)	(1.729.235)	(1.464.427)	(192.632)	(157.573)	(1.921.867)	(1.622.000)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	214.524	186.808	49.157	62.719	263.681	249.527
Resultado financeiro líquido (nota 21)					21.345	(3.837)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 22)					(6.769)	(53.997)
Lucro após o resultado financeiro líquido					278.257	191.693
Imposto de renda e contribuição social (nota 23)					(74.873)	(37.262)
Lucro líquido do exercício					203.384	154.431

Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

A receita proveniente de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação na receita operacional total da Companhia para o exercício, esta composta abaixo:

	Consolidado			
	2011	%	2010	%
Brasil - País Sede	1.160.985	53,1	1.044.467	55,8
Estados Unidos	403.625	18,5	391.444	20,9
México	193.275	8,8	145.529	7,8
Reino Unido	171.552	7,8	112.418	6,0
Itália	44.952	2,1	23.324	1,2
Hungria	44.734	2,0	29.887	1,6
França	33.523	1,5	23.658	1,3
Japão	32.614	1,5	22.892	1,2
China	16.369	0,7	3.602	0,2
África do Sul	13.955	0,6	7.072	0,4
Holanda	13.927	0,6	5.427	0,3
Argentina	12.189	0,6	16.202	0,9
Outros países	43.848	2,0	45.604	2,4
Total	2.185.548	100,0	1.871.527	100,0

Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% da receita operacional total da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de produtos automotivos existem clientes que individualmente representam mais de 10% da receita operacional consolidada, conforme informações abaixo:

Notas Explicativas



	Consolidado			
	2011	%	2010	%
Produtos Automotivos				
Cliente A	397.329	18,2	370.196	19,8
Cliente B	306.180	14,0	262.913	14,0
Demais clientes de produtos automotivos	1.240.250	56,7	1.018.126	54,4
Total Produtos Automotivos	1.943.759		1.651.235	
Produtos Industriais	241.789	11,1	220.292	11,8
Total Receita Operacional	2.185.548	100,0	1.871.527	100,0

A distribuição das vendas do segmento de produtos industriais é bastante pulverizada.

Conciliação dos custos e despesas por segmento

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Matérias Primas	508.424	433.321	56.637	46.626	565.061	479.947
Materiais de processo	337.562	292.262	37.604	31.448	375.166	323.710
Materiais de manutenção e consumo	143.404	134.206	15.975	14.441	159.379	148.647
Salários e encargos	392.021	317.011	43.670	34.111	435.691	351.122
Programa de participação no resultado	17.242	33.728	1.921	3.629	19.163	37.357
Benefícios sociais	57.492	42.910	6.404	4.617	63.897	47.527
Energia Elétrica	103.001	72.653	11.474	7.818	114.475	80.471
Depreciação	72.551	69.008	8.082	7.425	80.633	76.433
Frete sobre vendas	72.974	54.994	8.129	5.917	81.103	60.911
Honorários da administração	4.670	6.268	520	674	5.190	6.942
Outros custos	19.893	8.065	2.216	868	22.109	8.933
	1.729.235	1.464.427	192.632	157.573	1.921.867	1.622.000

Conciliação de ativos e passivos

Ativo	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contas a receber (nota 5)	233.227	199.680	36.448	15.057	269.675	214.737
Estoques (nota 6)	173.920	148.461	48.341	52.735	222.261	201.196
Ferramentais de terceiros	25.006	30.224	38	35	25.044	30.259
Títulos a receber e outros	17.346	16.507	7.514	2.438	24.860	18.945
Imobilizado (nota 13)	1.103.764	929.305	32.286	31.944	1.136.050	961.249
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	1.819.955	998.935
Total ativo consolidado	1.553.263	1.324.177	124.627	102.209	3.497.845	2.425.321
Passivo						
Fornecedores	142.026	102.613	23.500	18.678	165.526	121.291
Impostos e contribuições	6.444	2.454	11	509	6.455	2.963
Salários, encargos sociais e participações (nota 16)	79.336	80.550	8.673	10.137	88.009	90.687
Adiantamentos de clientes	40.114	49.338	14.210	6.677	54.324	56.015
Títulos a pagar e outros	18.422	24.688	6.504	560	24.926	25.248
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	2.061.974	1.158.358
Patrimônio líquido	-	-	-	-	1.096.631	970.759
Total passivo consolidado	286.342	259.643	52.898	36.561	3.497.845	2.425.321

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos e para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e



Notas Explicativas

empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2011 R\$ 11.798 (R\$ 4.709 em 2010) referentes a aquisição de ativo imobilizado, foram incluídos como imobilizado, as quais foram adquiridas e serão pagas nos próximos meses.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos abaixo, para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Gerenciamento do Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, relacionados aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

A Companhia administra os riscos financeiros observando critérios para aplicações financeiras; contratação de derivativos; “ratings” das instituições com que mantém relacionamento; entre outros pontos de controle. Além disso, monitora e controla permanentemente sua exposição cambial aos ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira.

Devido à volatilidade cambial e os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos, a Companhia, caso entenda necessário, contrata instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

a. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.421.085	578.366
Contas a receber	269.675	214.737
Títulos a receber e outros	24.860	18.945
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	165.526	121.291
Financiamentos e empréstimos	1.796.672	838.317
Títulos a pagar e outros	24.926	25.248



Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo para a Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes e títulos a receber e outros

Para o risco de crédito de recebíveis de clientes são estabelecidos limites de crédito para cada cliente e os riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos cujos critérios estão mencionados na nota 5.

A Companhia não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa suficientes para cumprir com seus compromissos contratados.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Taxa de juros contratada	Consolidado					Total do fluxo de caixa contratual
			Fluxo de caixa contratual					
			6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
PASSIVOS FINANCEIROS								
Moeda Nacional								
Financiamentos e empréstimos garantidos	447.517	4,53% a.a. / TJLP +3,09% a.a.	35.154	218.915	135.814	96.846	4.622	491.350
Financiamentos e empréstimos não garantidos	483.443	6,37% a.a.	15.174	125.999	387.018	-	-	528.190
Moeda Estrangeira								
Financiamentos e empréstimos garantidos	49.593	VC + Libor + 2% a.a. / VC +5,69% a.a.	15.663	15.449	11.176	10.155	-	52.443
Financiamentos e empréstimos não garantidos	816.119	VC + Libor + 3,75% a.a.	19.589	26.509	42.972	619.186	253.309	961.565
Fornecedores e Títulos a pagar e outros	190.452		190.452					190.452
	1.987.124		276.032	386.871	576.979	726.187	257.931	2.224.000

Notas Explicativas

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamento futuro.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real. As principais moedas na quais estas transações são denominadas são Dólares Norte Americano e Euro.

As receitas de exportações possuem caráter de proteção cambial, entretanto, o cuidado com a volatilidade cambial, os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos determinam a contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

Ativo	Nota explicativa	Consolidado	
		2011	2010
Caixa e aplicações financeiras no exterior	3	186.119	178.502
Contas a receber mercado externo	5	155.762	130.391
Operação de SWAP		281.370	-
		623.251	308.893
Passivo			
Empréstimos em moeda estrangeira	14	(872.803)	(81.536)
Outros valores		(22.624)	(46.368)
		(895.427)	(127.904)
Exposição líquida (R\$ mil)		(272.176)	180.989
Exposição líquida (US\$ mil)		(145.099)	108.624

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentava exposição ativa de US\$ 108.624. A Companhia converteu de forma gradual parte dos ativos em dólares para reais e contratou passivos em dólares. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresenta uma exposição passiva de US\$ 145.099.

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera



Notas Explicativas

que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL CONTÁBIL	Risco	Divulgado	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do dólar	Alta do Dólar	R\$ 1,88	R\$ 1,76	R\$ 2,20	R\$ 2,64
Posição ativa		623.251	584.775	730.969	877.163
Posição passiva		(895.427)	(840.149)	(1.050.186)	(1.260.224)
Exposição líquida (R\$ mil)		(272.176)	(255.374)	(319.217)	(383.060)
Exposição líquida (US\$ mil)		(145.099)	(145.099)	(145.099)	(145.099)
Impacto Potencial (R\$ mil)		-	16.802	(47.041)	(110.884)

A simulação considerou uma desvalorização do real frente ao dólar norte americano, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

	Nota explicativa	Consolidado	
		Valor contábil	
		2011	2010
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	3 e 4	1.256.275	418.505
Passivos financeiros	14	1.037.230	234.756
Instrumentos de taxa fixa			
Ativos financeiros	3	186.119	178.502
Passivos financeiros	14	759.442	552.002

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera uma oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, na taxa variável do CDI, o que implicaria em impacto de R\$ 12.563 ao ano.

A Companhia possui também aplicações financeiras no exterior com taxas fixas. A simulação considera uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos, na taxa de juros da *Libor*, que projetaria um impacto de R\$ 931 ao ano.

A Companhia também possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira, vinculados a variação da Taxa *Libor*. Simulando uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos nessa taxa variável de juros, o impacto seria de R\$ 4.281 ao ano.

Notas Explicativas

Da mesma forma, a Companhia possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos vinculados a TJLP, cuja oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, projetaria impacto de R\$ 1.715 ao ano.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia adota uma estratégia de monitoramento dos mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações de preço.

Risco de estrutura de capital

Decorre da estrutura entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada exercício, é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Capital próprio (Patrimônio líquido)	1.096.631	970.759
Total do passivo exigível	2.401.214	1.454.562
Caixa e equivalentes de caixa	(1.421.085)	(578.366)
Capital de terceiros	980.129	876.196
Relação capital próprio versus capital de terceiros	1,12	1,11

e. Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros e monitora suas obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.



Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas não têm como política investir em operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam com alguns derivativos financeiros com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, da taxa de câmbio.

Em dezembro de 2011 a Companhia realizou operação de swap de troca de moeda no valor de 150 milhões de dólares norte americanos para “*hedgear*”(proteger) a exposição cambial contábil líquida frente seus ativos e passivos em moeda estrangeira, remanescendo exposição líquida de US\$ 145 milhões decorrente do aumento de captações em moeda externa (Nota 14, letra c). Esta operação de Swap tem prazo de 60 dias e o resultado estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.092 a receber. Em 07 de fevereiro de 2012, esta operação foi liquidada e gerou um valor a pagar de R\$ 16.559. As operações de swap de troca de moeda estão sendo renovadas, com prazo de até 30 dias, com vistas a manutenção da exposição cambial contábil da Companhia à performance de suas transações comerciais em moeda externa (Nota 29)

A Companhia elabora a análise de sensibilidade de tais operações em conjunto com exposição cambial contábil líquida, acima.

29.EVENTOS SUBSEQUENTES

Contratação de financiamentos e empréstimos

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo total de até 6,5 anos, e carência de até 2 anos, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e 2013. O contrato prevê 83% de recursos com custos em reais e 17% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, das unidades de Usinagem e de Blocos, localizados na planta de Joinville/SC.

Operações de Swap

Com o objetivo de manter o nível de exposição cambial em patamares compatíveis com seus negócios, no período de janeiro a março de 2012 a Companhia efetuou três operações de contratação e renovação de swap de troca de moedas nos valores de US\$ 150 milhões (janeiro e março) e de US\$ 300 milhões (fevereiro) todas com prazos inferiores 30 dias.

30.AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 16 de março de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tupy S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Tupy S.A. ("Companhia"), identificadas como Companhia e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tupy S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 16 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/0-8

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº. 1SP-088.438/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

P A R E C E R

O Conselho Fiscal da TUPY S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas fixadas nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, em reunião realizada nesta data, concluiu o exame das Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como pelas Notas Explicativas relacionadas. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros deste Conselho pelos Auditores externos e pela Administração da Companhia, inclusive através da análise do Relatório Anual da Administração.

Também foram analisadas as propostas da Administração em relação à modificação do capital social, por conta do disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, e a distribuição de dividendos.

Desta forma, com base nos exames realizados, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 16 de março de 2012, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os documentos acima referidos e as propostas da Administração, refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, opinando favoravelmente a sua aprovação, pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Joinville, 30 de março de 2012

Cláudio Moraes Machado
Presidente

João Augusto Monteiro

Luis Antônio Aleixo

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Leopoldo Henrique Krieger Schneider

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 16 de março de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia, reviram, discutiram e concordam com o integral teor das demonstrações financeiras assim como, com o relatório dos auditores independentes, conforme consta da Ata de Reunião de Diretoria de 16/03/2012.